

# POLÍTICA

## ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, 1975 - 1979

CARLOS ALBERTO ALVES <sup>a</sup>

### Resumo

Este artigo realça alguns aspetos da política da República Popular de Angola (RPA) durante o mandato de António Agostinho Neto (1975-1979). O primeiro presidente angolano exerceu funções em plena Guerra Fria – definida pela historiografia como um conflito ideológico entre a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o partido único e economia planificada, e os Estados Unidos da América (EUA), com a economia de mercado e o sistema democrático – durante a qual os dois blocos se empenharam na conquista de aliados e em expandirem os seus sistemas económicos e políticos.

**Palavras-chave:** República Popular de Angola, política de cooperação, política externa.

### Abstract

This paper sheds light into some aspects of the politics of the People's Republic of Angola during António Agostinho Neto's mandate (1975-1979). The first president of Angola ruled its country in the heat of the Cold War, known as an ideological conflict between the ex-Union of Soviet Socialist Republics (USSR) with a single party and planned economy, and the United States of America (USA) with a market economy and democratic system, in which both committed to conquer allies and expand their economic and political systems.

**Keywords:** People's Republic of Angola, cooperation policy, foreign policy.

---

<sup>a</sup> Professor na Ilha de S. Vicente, Mindelo, Cabo Verde.

## Considerações Iniciais

A independência unilateral que teve lugar em Angola no dia 11 de Novembro de 1975 foi declarada num clima de grande tensão, agravada com a entrada em cena de tropas estrangeiras. Aliás, a República Democrática de Angola anunciada pela coligação composta pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi efémera, uma vez que não teve o reconhecimento suficiente para afirmar-se na cena internacional como aconteceu com a RPA proclamada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

A UNITA, liderada por Jonas Savimbi (1934-2002), foi forçada a abandonar as cidades, em 1976, altura em que iniciou a sua “grande marcha”. O Manifesto do Cuanza, também conhecido por Manifesto da Conferência do Cuanza, com data de 10 de Maio de 1976, assinado pelo Comité Central da UNITA, delineou a estratégia para combater a presença cubana e soviética em Angola, enunciou alguns princípios a seguir, tais como: “democracia, africanidade e não alinhamento”; exortou os seus guerrilheiros para imobilizarem a actividade política e económica da RPA. O Manifesto, reproduzido na íntegra no final do artigo (Anexo 1), acusou o MPLA de não ter cumprido os Acordos de Mombaça (Janeiro de 1975), de Alvor (Janeiro de 1975) e de Nakuru (Junho de 1975) que envolveram também a FNLA e a UNITA.

A RPA delineou a sua política tendo como lema: “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”; reforçou a direcção centralizada e planificada; confiscou e nacionalizou numerosas empresas; aprovou leis contra crimes de sabotagem económica; criou o Banco Nacional de Angola (BNA), em 1976, com exclusivo de emissão monetária, tendo substituído o escudo colonial português pela moeda angolana, o Cuanza, o que foi considerado um ato de soberania (Neto, 1977); excluiu do poder os colaboradores do Estado Novo (1930-1974), regime político deposto em Abril de 1974, e os membros da FNLA, da UNITA, da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), os elementos das Revoltas do Leste e Activa; criou a Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA) para defesa do Estado; regulamentou o confisco dos bens móveis e imóveis das instituições religiosas, situação que despertou apreensão por parte das Igrejas cristãs; aprovou a Lei do Divórcio e separação de pessoas e bens; declarou a laicidade do Estado, havendo uma completa separação entre o Estado e as Igrejas.

Para além do desejo político e do exercício do poder, o MPLA, movimento revolucionário, anticolonialista e anti-imperialista, em Dezembro de 1977, foi transformado em Partido do Trabalho (PT) para estabelecer a revolução democrática

popular, etapa de transição para a construção da “Angola socialista de amanhã”<sup>1</sup>, mobilizando homens, mulheres, jovens e crianças; o MPLA empenhou-se na formação de células com membros de todas as origens sociais, regendo-se pelo centralismo democrático, isto é, submissão da minoria à maioria.<sup>2</sup>

Relativamente à questão colocada por um jornalista belga sobre a reconciliação com a FNLA e a UNITA, apoiados pelos EUA e pela China, o presidente da RPA respondeu: “nós temos um partido único a dirigir, é debaixo dessa orientação, dessa direcção que todos os cidadãos angolanos deverão viver.”<sup>3</sup> Em termos políticos, a FNLA e a UNITA foram considerados “fantoques anti-angolanos”<sup>4</sup> e colaboradores do imperialismo.

## 1. Política de Cooperação

A Secretaria de Estado da Cooperação foi criada por decisão do Comité Central do MPLA, para a formação de quadros e acompanhamento do desenvolvimento económico da RPA. Na tomada de posse do seu secretário, Benvindo Pitra, no dia 1 de Junho de 1978, o presidente António Agostinho Neto destacou o fato de a cooperação constituir um agente valioso do ponto de vista político, ideológico e técnico de forma a contribuir para o estabelecimento do socialismo em Angola.

Países como Cuba, a URSS, a Roménia, a Bulgária, a Polónia, a RDA assinaram acordos de cooperação com a RPA nas diversas áreas, nomeadamente nas áreas da saúde pública, educação, indústria, construção civil, agro-pecuária, pescas e defesa.

A cooperação foi considerada pelas autoridades políticas da RPA um instrumento importante. O orçamento do Estado contemplou verba para suportar os encargos com os cooperantes, cidadãos estrangeiros que prestaram colaboração técnica ao governo de Angola mediante contrato de prestação de serviço ou no âmbito de acordos bilaterais<sup>5</sup>. Foram também aprovadas as despesas com visitas de entidades estrangeiras para a realização de jornadas, congressos e reuniões<sup>6</sup>. Quanto ao transporte de ida e de regresso do cooperante, bem como dos bens necessários para o seu uso pessoal, estiveram a cargo do Estado angolano.<sup>7</sup>

<sup>1</sup> NETO, António Agostinho. 1987. *Textos políticos escolhidos*. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> NETO, António Agostinho. 1978. *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho.

<sup>4</sup> Lei 1/76, de 5 de Fevereiro de 1976.

<sup>5</sup> Cf. Despacho 105/76, de 30 de Junho de 1976.

<sup>6</sup> Cf. Despacho 99/76, de 27 de Julho de 1976.

<sup>7</sup> Cf. Artigo 4.º do Decreto-lei 97/76, de 20 de Dezembro de 1976.

O Estatuto do Cooperante estabeleceu os princípios gerais sobre a prestação de serviço e salvaguardou a possibilidade de celebração de acordos de cooperação com países amigos, dos quais decorriam regimes especiais para cooperantes nacionais desses países;<sup>8</sup> um dos deveres do cooperante era também proporcionar ensinamentos técnicos e científicos aos trabalhadores angolanos.<sup>9</sup>

Na verdade, o presidente Neto reconheceu que a situação económica portuguesa e angolana exigia acordos de cooperação, apesar de Portugal ter uma orientação política diferente da RPA, situação que não foi vista como impedimento de cooperação, como mostram os acordos de cooperação assinados entre os dois países no sector dos transportes aéreos e marítimo, no âmbito comercial, no sector eléctrico e no âmbito cultural. Os acordos de cooperação no domínio cultural, científico, técnico e económico foram assinados em Bissau entre Angola e Portugal, em 26 de Junho de 1978. No dia 2 de Junho de 1978, foi feita uma comunicação ao país pelo presidente da RPA que está reproduzida na íntegra no Anexo 2.

## **2. Relações políticas entre Angola e Portugal**

A política portuguesa entre 1974 e 1976 foi marcada pelos acontecimentos ocorridos nas ex-colónias africanas, pela substituição de António de Spínola (1910-1996), na presidência da Junta de Salvação Nacional e na presidência da República em Portugal (Maio de 1974 a Setembro de 1974), por Costa Gomes (1914-2001), presidente da República Portuguesa até 1976.

A maior parte dos dirigentes do Partido Socialista (PS) e militares como Costa Gomes partilhavam a ideia de que quem ganha em Luanda vence em Angola, princípio considerado importante para o reconhecimento da RPA proclamado pelo MPLA, cujo secretário-geral na altura, Lúcio Lara (1929-2016), lamentou o facto de Portugal não ter reconhecido o governo angolano, reprovando a posição portuguesa<sup>10</sup>.

Ora, o reconhecimento da RPA três meses depois da sua proclamação contou com o contributo de Costa Gomes, que teve um papel importante, considerando que devia ser reconhecido logo a seguir à sua aclamação, em Novembro de 1975.

As relações políticas entre Angola e Portugal não foram mais complexas ainda porque o presidente Neto considerou Portugal “um caso particular”, destacando a não interferência

<sup>8</sup> Cf. Decreto-lei 99/76, de 23 de Dezembro de 1976.

<sup>9</sup> Cf. Decreto-lei 22/78, de 21 de Fevereiro de 1978.

<sup>10</sup> Jornal *O Diário*, 16 de Fevereiro de 1976.

do governo angolano na política portuguesa, esperando o mesmo de Portugal, país onde não houve unanimidade relativamente ao conturbado processo de descolonização. Isto mesmo se comprova quando se lê e se ouve comentários como que em 1974 e em 1975, as autoridades portuguesas da altura não “negociaram coisa nenhuma”<sup>11</sup> ou então “a preocupação era ver-se livre do problema o mais rápido possível.”<sup>12</sup>

Para levar a cabo conversações sobre a abertura da representação diplomática de Angola em Portugal, em Setembro de 1977 esteve na capital portuguesa uma delegação da RPA para contactos políticos. Alguns meses depois, o presidente Neto no discurso que proferiu ao referir-se à nomeação do primeiro embaixador de Angola para Lisboa, afirmou:

“Os portugueses não têm necessidade de terem inimigos. Nós também não. Inimigos para que? Nós precisamos é de ter amigos. E vamos fazer tudo, do nosso lado, para termos amigos. Mas, se isso não for possível, evidentemente, que vamos responder da maneira mais apropriada e de acordo com as nossas condições.”<sup>13</sup>

O primeiro embaixador da RPA em Portugal foi Adriano Sebastião (1923-2010)<sup>14</sup>, que entregou as suas cartas credenciais ao presidente da República Portuguesa no dia 16 de Junho de 1978. A cerimónia decorreu no Palácio de Belém.

As autoridades políticas de Angola, sob a direcção do MPLA, seguiram uma linha de orientação política diferente de Portugal que não impediu a cooperação, nem tornou a independência política, social, económica e cultural como reversível, uma vez que segundo o presidente da RPA:

“As bases em que assentará a cooperação são as do conhecimento geral: são as bases que inserem a existência de Angola como país independente e soberano e a direcção do nosso Estado pelo MPLA – Partido do Trabalho, orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo.” (Neto, 1978)

### **3. Relações Políticas com os Países Afro-Lusófonos e o Brasil**

Terminada a soberania política portuguesa nas ex-colónias portuguesas em África (países afro-lusófonos) houve necessidade das autoridades políticas da RPA estabelecerem uma nova estratégia de acção capaz de impulsionar o fortalecimento dos tradicionais laços de amizade e de cooperação que foram forjados durante a guerra pela independência com os

<sup>11</sup> Revista *Pública* do jornal *Público*, 31 de Agosto de 1997.

<sup>12</sup> Revista *Vida* do jornal *Independente*, 28 de Abril de 1995.

<sup>13</sup> *Jornal de Angola*, 14 de Fevereiro de 1978.

<sup>14</sup> Esteve preso por motivos políticos, em 1960, condenado a sete anos de prisão, que cumpriu no campo de trabalho do Missombo, Cuando Cubango. Depois seguiram-se os seguintes embaixadores: Fernando Dias França Van Dúnem; Mawete João Baptista; Rui Alberto Vieira Dias Mingas; José Gonçalves Martins Patrício; Osvaldo de Jesus Serra Van Dúnem; Assunção dos Anjos e José Marcos Barrica (desde 2009).

movimentos de libertação que proclamaram a independência política em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em Moçambique e em S. Tomé e Príncipe.

A herança histórica, económica e linguística comum e o aprofundamento da cooperação multilateral preconizaram uma política de não alinhamento, tal como a opção socialista, caracterizada pela posse efectiva dos meios de produção, pela planificação centralizada, controle, gestão das empresas estatais e luta contra o imperialismo.

Angola e Brasil são dois Estados que juntamente com outros países afro-lusófonos e asiáticos fizeram parte do império colonial português. O Brasil tornou-se independente ainda no século XIX, em 1822, e Angola alcançou a soberania política em 1975, passados 153 anos da independência brasileira que faz parte da primeira fase de autodeterminação dos povos, inspirada na matriz norte-americana e considerada como o período romântico dos nacionalismos oitocentistas, que estiveram na origem da criação de um Estado para cada Nação e que presidiram à unificação alemã e italiana, às revoluções balcânicas e às independências na América Central e do Sul<sup>15</sup>.

A língua comum, embora com algumas diferenças consideráveis, facilita a aproximação entre os países afro-lusófonos e o Brasil, tanto mais que existem outras afinidades culturais devido a presença, neste último país, de habitantes dos antigos reinos do Congo, de Angola e de Benguela, habitantes esses que foram levados para o Brasil como escravos entre os séculos XVI a XIX, facto que permite compreender a baixa densidade populacional de Angola.

O Brasil acompanhou com interesse a formação de novos Estados afro-lusófonos, devido às vantagens que representava a partilha de uma língua comum. Entretanto, o reconhecimento do regime político liderado pelo MPLA foi um dos momentos significativos da história diplomática do Brasil, país que integra o grupo dos primeiros países que reconheceram a RPA, facto que não agradou alguns sectores brasileiros e os EUA.

---

<sup>15</sup> SILVA, Cristina Nogueira. 2009. *O constitucionalismo e império. A cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina.

#### **4. Angola e a política na África Austral**

A RPA procurou contribuir para a resolução de alguns problemas políticos na África Austral, rejeitando a existência de qualquer relação entre a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e a presença das tropas cubanas em Angola. Na verdade, o Grupo de Contacto (composto pela Grã-Bretanha, Canadá, França, Estados Unidos, Alemanha Ocidental) foi criado apenas em 1977, dois anos após a chegada das tropas cubanas a Angola.

As autoridades políticas angolanas pretendiam criar também uma zona desmilitarizada entre Angola, Namíbia e Zâmbia para o cumprimento da Resolução acima citada, aprovada em 29 Setembro de 1978, reconhecendo a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) como o único e legítimo representante do povo namibiano.

A Zâmbia é um dos membros fundador com a Tanzânia dos Países da Linha da Frente, aos quais se juntaram Angola, Moçambique e Botsuana para combater os resquícios coloniais. Em 1976, a Zâmbia não tinha reconhecido a RPA. De facto, os contactos mantidos pelas autoridades políticas angolanas no âmbito dos Países da Linha da Frente permitiram melhoria nas relações com a Zâmbia.

O presidente Kenneth Kaunda esteve em Luanda, no dia 24 de Maio de 1978, em trânsito, na viagem de regresso ao seu país, proveniente das Guianas, no final de uma visita de vários dias à Inglaterra e aos EUA. Manteve encontro com o presidente da RPA para falar de questões relacionadas com a política na África Austral e o papel dos Países da Linha da Frente.

Em Junho de 1978, as delegações zambianas e angolanas estiveram reunidas em Saurimo para tratarem de questões de cooperação bilateral; em Agosto de 1978, o presidente Neto conversou com Rubens Kamanga, presidente do comité político e jurídico das Relações Exteriores da Zâmbia, portador de uma mensagem do presidente Kaunda, que pronunciou-se sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

A manutenção de relações diplomáticas com vários países, pressuposto que implicou o estabelecimento de relações político-diplomáticas inclusivamente com aqueles Estados que tinham mantido uma atitude hostil para com a luta política anti colonial, levada a cabo pelo MPLA, como foi o caso do Zaire (actual República Democrática do Congo).

Para impedir o apoio que o presidente Mobutu Sese Seko (1930-1997) concedia à FNLA e à UNITA, por iniciativa das autoridades políticas da RPA, teve lugar o encontro de Brazzaville entre o presidente Neto e o seu homólogo Sese Seko, em 1976, de que resultou

um comunicado em que se declarava a intenção de normalizar as relações entre os dois países, apesar das incompatibilidades políticas e ideológicas.

Numa altura em que presidente Sese Seko mereceu confiança de vários países como os EUA, a França, a Bélgica e Alemanha, uma delegação da RPA esteve em Kinshasa em Julho de 1978, a fim de manter contactos com as autoridades políticas zairenses. Outra delegação da RPA viajou para Kinshasa, capital do Zaire, em Outubro de 1978, para discutir problemas relacionados com os refugiados angolanos e também assinarem acordos de cooperação económica.

A afirmação “custe o que custar deverá haver amizade e solidariedade entre os nossos dois países”<sup>16</sup>, proferida durante o comício, realizado no dia 16 de Outubro de 1978, no Lobito, pelo presidente Sese Seko, fez com que fosse enviado pelo presidente zairense o seu enviado especial, Niny Nguimbi, a Luanda para tratar assuntos bilaterais, no dia 7 de Dezembro de 1978.

Na realidade, a imprensa portuguesa acompanhou o desenvolvimento da política em Angola. A normalização das relações com o Zaire mereceu posições unânimes e foi considerado um “marco histórico” para a paz naquela região da África Austral. Vários líderes africanos felicitaram o presidente Neto pela normalização das relações com o Zaire. Aristides Pereira (1923-2011), presidente de Cabo Verde (1975-1991), enviou um telegrama de felicitações; o chefe de Estado congolês, Joachim Yhombi Opango, endereçou uma mensagem de felicitações; Houphouët Boigny (1905-1993), presidente da Costa do Marfim (1960-1993), enviou uma mensagem conjunta aos presidentes do Zaire e de Angola.

A RPA seguiu uma política externa pró ativa para assegurar a existência do Estado, servindo-se para tal de uma política externa como instrumento para a vitória e a formação de uma nova ordem regional na África Austral, pugnando pela defesa da soberania dos Estados recém-independentes; pela construção de mecanismos de desenvolvimento; pela segurança da África Austral e estabelecimento de alianças com os países da Linha da Frente, pois as autoridades políticas da RPA acreditavam que havia espaço para a mediação, apesar de ter sido palco dois conflitos armados ocorridos em 1977 e em 1978, conhecidos por guerras de Schaba I e Schaba II, que representaram a resposta das autoridades políticas da RPA à invasão de tropas zairenses.

Na verdade, as guerras do Schaba permitiram um acordo entre Angola e o Zaire em meados de 1978, em que o ex-Zaire comprometeu-se a não ajudar a UNITA, A FLEC e

---

<sup>16</sup> *Jornal de Angola*, 17 de Outubro de 1978.

a FNLA enquanto a RPA se comprometia e reabrir o caminho-de-ferro de Benguela. Mobutu cumpriu parcialmente e mantinha-se como eixo logístico da UNITA.

As conversações entre a Angola e o ex-Zaire, em 1978, permitiram o exílio de Holden Roberto (1923-2007), líder da FNLA, para França, iniciado em 1979, e que chegou ao fim com a assinatura dos Acordos de Bicesse, em Maio de 1991, altura em que a FNLA e a UNITA tornaram-se partidos políticos para participarem com os outros partidos nas primeiras eleições democráticas, em 29 e 30 de Setembro de 1992, supervisionadas pelas Nações Unidas.

## 5. Exploração do petróleo

Os EUA continuaram a explorar o petróleo de Angola, seguindo a lógica capitalista. As conversações com as autoridades políticas da RPA para a exploração do petróleo tiveram início em Maio de 1976, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Sonangol, foi criada naquele ano<sup>17</sup>.

Na verdade, o presidente Neto referiu que a independência económica do seu país só seria possível quando não existisse monopólio estrangeiro. Em termos económicos, reconheceu que a questão não podia ser resolvida por decreto, uma vez que nem a RPA nem os seus aliados socialistas possuíam tecnologia avançada utilizada pela companhia da Cabinda *Gulf Oil*. A solução encontrada foi assinar novos contratos porque suspender, naquela altura, a produção de petróleo traria privações para o país<sup>18</sup>.

Os dirigentes da *Gulf Oil* mantiveram contactos formais com as autoridades políticas angolanas, apesar da presença das tropas cubanas. Após a visita a Luanda do senador americano George McGorven que fazia parte do Partido Democrata, o presidente Neto, em conferência de imprensa afirmou que as relações internacionais não dependiam apenas de um país e que a RPA “deseja relações com os EUA<sup>19</sup>”

## Considerações finais

A experiência diplomática adquirida pelo MPLA durante a luta pela independência de Angola (1960-1974) foi crucial para a criação do Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX)<sup>20</sup>, em 1975, assim como para a abertura de missões diplomáticas para

<sup>17</sup> Cf. Decreto-lei 52/76, de 9 de Junho de 1976.

<sup>18</sup> Cf. NETO, António Agostinho. 1976. *Pela independência económica*. Luanda: Departamento de Informação e Propaganda.

<sup>19</sup> Op. Cit...

<sup>20</sup> Ministros das Relações Exteriores da RPA entre 1975-1979: José Eduardo dos Santos entre Novembro

a defesa da soberania política da RPA que teve dois chefes de Estado não eleitos por sufrágio universal<sup>21</sup>.

A política da RPA entre 1975 e 1979 foi caracterizada pela defesa e manutenção da independência política e da segurança do Estado, pela proteção e promoção dos seus interesses políticos e económicos. A política interna e externa desenvolveu-se com base no legado do MPLA, que enquanto movimento de libertação, após a criação do seu primeiro Comité Diretor, em 1960, mobilizou a comunidade internacional com ajuda dos seus representantes para tornar Angola um país independente.

A opção pelo socialismo levou a um estreitamento maior e de preferência nas relações com Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Jugoslávia, Kampuchea, Polónia, República Popular e Democrática da Coreia, República Democrática Alemã (RDA), República Popular da Mongólia, Roménia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Vietname, entre outros.

O presidente Agostinho Neto mostrou sinais de pretender seguir a política de não alinhamento, política de autonomia diante da URSS, procurando desvincular-se da disputa leste oeste, privilegiando a cooperação com Cuba, país visitado pelo presidente da RPA em 1976 e 1977. Nesse ano Fidel Castro (1926-2016) e o seu irmão Raul Castro visitaram Angola.

Angola procurava, prioritariamente, garantir a estabilidade do seu domínio interno e encontrar recursos para tal. Porém, a situação político-militar tornava cada vez mais difícil atingir estabilidade sem uma política externa claramente revolucionária e activa.

As pressões internas e externas foram significativas e internamente o poder foi ameaçado pelo movimento considerado radical de Nito Alves (1945-1977), estando na base da aceleração das políticas de reforma do Estado realizadas em 1977 que permitiu adoptar o marxismo-leninismo. Mais do que a tensão interna havia também as pressões da FNLA, da UNITA e também da FLEC, os ataques da África do Sul.

As condições de vida das populações começam a degradar-se em 1977, altura em que surge a falta de água, de electricidade, a ruína do saneamento básico, a falta de recolha de lixo nas cidades e a degradação das condições de vida nas zonas urbanas e rurais.

---

de 1975 a Novembro de 1976; Paulo Teixeira Jorge (1934-2010) entre Novembro de 1976 a Outubro de 1984.

<sup>21</sup> O capítulo VI dos Acordos de Alvor (com 60 artigos e 11 capítulos) previa no capítulo 6 eleições gerais para a Assembleia Constituinte. Os Acordos de Alvor foram suspensos pelo Decreto-lei 458 A/75, de 22 de Agosto de 1975. O presidente de Angola foi submetido a sufrágio, pela primeira vez, em Setembro de 1992, e pela segunda vez vinte anos depois, em 31 de Agosto de 2012. Tomou posse como presidente da República no dia 26 de Setembro de 2012.

Tal como fizera antes o presidente Neto, também o seu sucessor o presidente José Eduardo dos Santos admitiu a importância da diplomacia, considerando-a uma arma indispensável para manter a independência e a soberania política.

No discurso de tomada de posse no dia 21 de Setembro de 1979 o sucessor do presidente Neto destacou a linha de continuidade política seguida até então, reconhecendo, também, que não se tratava de “uma substituição fácil”, mas “uma substituição necessária.”<sup>22</sup>.

Para a UNITA o Presidente José Eduardo dos Santos “seria muito mais fiel à URSS do que Neto alguma vez o fora e, conseqüentemente, defensor do prolongamento da guerra<sup>23</sup>”. Na verdade, o presidente José Eduardo dos Santos nos meses de Setembro e Dezembro de 1979 reafirmou o empenho das autoridades políticas da RPA para a independência política da Namíbia, de modo a impedir o apoio dado à UNITA pela África do Sul desde 1976; destacou também o compromisso das autoridades políticas angolanas na luta contra o apartheid na África do Sul, considerando a FNLA e a UNITA como “organizações” que colocavam em causa a unidade nacional.

A RPA pretendeu transformar a ordem regional africana, tanto entre 1975 e 1979 e nos anos seguintes, uma vez que as pressões tornaram-se ainda mais relevantes dado o avanço das acções sul-africanas e o apoio externo de Cuba, da URSS e de países de Leste Europeu dado ao MPLA.

Após a morte de Agostinho Neto o seu sucessor José Eduardo dos Santos rejeitou a linha negociada, aumentou a proximidade com a URSS e Cuba, facilitando a cooperação com estes países, centralizou o processo decisório de política interna e externa.

## ANEXO DOCUMENTAL

### **Anexo 1 - Manifesto da UNITA de 10 de Maio de 1976<sup>24</sup>**

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e os Quadros Políticos e Militares reunidos no Cuanza, de 07/05/76 a 10/05/76, em Conferência Extraordinária com a participação activa das Organizações de Massas, LIMA, JURA e SINDACO e de todos os Presidentes das Assembleias Populares examinaram a conjuntura política que o País atravessa resultante da invasão social-imperialista russo-cubana.

<sup>22</sup> Cf. ABRANTES, José Mena (2004), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo. Palavras de um estadista. Vol. I. Primeira República, 1979-1992*. Luanda: Edições Maianga.

<sup>23</sup> MUEKALIA, Jardo. 2010. *A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*. Lisboa: Sextante Editora.

<sup>24</sup> Op. Cit., pp. 327-334.

Depois de ouvido o Informe do Camarada Presidente Savimbi sobre as causas da nossa derrota temporária nas cidades e a natureza expansionista do imperialismo russo que utiliza os soldados cubanos como carne de canhão, a Conferência sintetizou a interacção das condições objectivas existentes no nosso País que favorecem a luta armada revolucionária de resistência popular contra a dominação estrangeira.

Durante 14 anos o Povo Angolano lutou heroicamente contra a dominação colonial portuguesa para a sua libertação e para a sua Independência Nacional. Depois da derrota do colonialismo português, a 25 de Abril de 1974, o Povo Angolano apenas deseja paz, a União de todos os filhos Angolanos para a grande tarefa de Reorganização Nacional.

A UNITA envidou todos os esforços para se consolidar a UNIDADE NACIONAL e a PAZ interna, indispensáveis a qualquer empreendimento de Reconstrução Económica. O Povo Angolano sabe, e o Mundo não pode esquecer, que todas as iniciativas de UNIDADE entre os três Movimentos Angolanos de Libertação partiram da Direcção da UNITA.

1 – A assinatura de um acordo de Reconciliação e Cooperação entre a UNITA e a FNLA, em Kinshasa a 25 de/11/74.

2 – A assinatura de um acordo de Reconciliação e Cooperação entre a UNITA e o MPLA, no Luso aos 22/12/74.

3 – A conclusão de um acordo entre os três Movimentos Angolanos de Libertação em Mombaça, Kenya, em 05/01/75, que estabeleceu a Plataforma comum de negociações com a parte portuguesa.

4 – O sucesso das negociações de Alvor que permitiram a criação do único Governo de Coligação em Angola que reuniu as três Forças Patrióticas que se bateram com armas na mão contra o colonialismo português.

5 – Na iminência de uma guerra civil à escala nacional, a UNITA conseguiu reunir mais uma vez os três Movimentos de Libertação Angolana em Nakuru – Kenya, a 15/06/75.

A camarilha Netista do MPLA violou e rasgou todos esses acordos, impôs ao Povo Angolano uma guerra civil desastrosa e permitiu a intervenção do imperialismo russo-cubano no nosso País.

Seja qual for o ardor com que a camarilha Netista tenta justificar a hipoteca da nossa Independência e da nossa Liberdade ao social imperialismo russo, a verdade fica na história do Povo Angolano, que foi Neto o responsável da eclosão da guerra civil do nosso País.

A presente política do regime títere de Luanda não é um acidente. Desde Dezembro de 1974, Neto dizia claramente à Delegação da UNITA que não perdia tempo com explicações, prosseguindo em Dar-es-Salam que o seu objectivo era trazer Angola um regime policial e de repressão iguais ao de Cuba.

Os advogados da clique Netista em África não se cansam de tentar demonstrar que o MPLA (Neto) só fez apelo às tropas cubanas quando as da África do Sul invadiram Angola ao lado da UNITA. Grosseira mentira, como tantas outras pronunciadas pelos mesmos falsos revolucionários africanos.

Sabem esses senhores desavergonhados que retiveram 93 toneladas de armamento destinado à UNITA, oferecido generosamente pela República da China, como resultado da viagem do Comandante-Chefe das FALA a Pequim em Março de 1975. Que nos expliquem esses senhores porquê o MPLA (Neto) e os seus mentores cubanos tiveram de negociar com a África do Sul em Ochikango, em Abril de 1976. Foi para o MPLA (Neto), os russos e os cubanos darem garantias dos investimentos económicos da África do Sul em Angola.

É preciso ser idiota como esses advogados pagos pelo imperialismo, para não compreender que a África do Sul tem os interesses económicos em Angola principalmente no Sul do País, os quais lhe serviram de pretexto para entrar em Angola a fim de os defender. Não foi preciso ir lá chamar a África do Sul ou usar um intermediário para se negociar, como foi no Ochikango.

Poderão esses senhores, que roubaram as armas da UNITA, dizer quantos combates travaram os cubanos contra os soldados sul-africanos em Angola, já que vieram para expulsá-los do nosso País? NENHUM. Porque têm medo e a sua missão era matar os Negros Angolanos. Se os sul-africanos já saíram de Angola de livre vontade, depois de um banquete Neto-cubano-sul-africano, poderão esses senhores dizer-nos o que é que os cubanos estão ainda a fazer em Angola?

A clique Netista, os agentes cubanos, o social-imperialismo russo e os seus agentes em África esquecem-se dos seguintes factores objectivos que dinamizados pela interacção dos factores subjectivos tornam a nossa luta, não só possível, mas vitoriosa:

- a) Um vasto território que Portugal não conseguiu administrar durante 500 anos, com todos os meios de que dispunha.
- b) Uma população em 2/3 afecta à UNITA, pela sua acção mobilizadora e organizadora.

- c) Um pobre sistema de comunicação rodoviária e ferroviária com 43 das pontes destruídas, que atravessa na sua maioria vastas zonas remotas e de fácil sabotagem.
- d) Um sistema económico destruído pela guerra civil e pelo êxodo maciço dos portugueses.
- e) Um sistema administrativo que não funciona.
- f) A presença de um exército estrangeiro de invasão e de ocupação. A vinda de mais 8000 cubanos para povoarem Angola só aumentará o fosso entre o Povo Angolano e os novos colonialistas. Presentemente já foram instaladas 1000 famílias cubanas no colonato da Cela.
- g) O desemprego e a penúria dos produtos de primeira necessidade em todas as vilas e cidades de Angola.
- h) O carácter burguês da clique de Luanda que é incapaz de unir-se com as largas massas exploradas e oprimidas.
- i) A existência da UNITA como vanguarda dos camponeses e oprimidos, dos operários, dos intelectuais, de todos os patriotas que se opõem à presença de tropas estrangeiras no nosso País.
- j) A existência de um exército temperado por 10 anos de luta ao lado dos camponeses, sem nenhuma ajuda do exterior, aplicando continuamente o princípio de contar com as suas próprias forças e apoiando-se sempre na iniciativa criada nas massas exploradas
- k) A presença, à frente da UNITA e das FALA, de um núcleo dirigente ligado às largas massas do povo, cuja experiência baseada na luta dirigida do interior lhes permite analisar concretamente a situação internacional a fim de traçar uma linha política capaz de guiar o Povo Negro de Angola à sua verdadeira libertação e Independência Nacional.

O social-imperialismo russo pode ser batido.

A História da República Árabe do Egipto em África, da República Popular da China na Ásia e da República Popular da Albânia na Europa indicam-nos o caminho de luta resoluta contra aqueles que se dizem socialistas nos seus Países mas imperialistas nos outros Países, considerando-os fracos ou pequenos.

A nossa política de combater o social imperialismo com as nossas armas é a única linha correcta oposta a todo o compromisso com o regime de Luanda, colocado no poder pelas tropas cubanas e pelas armas russas. Ao invés do compromisso oportunista de Países Africanos que reconheceram o regime de Luanda como sendo legítimo e representativo

do nosso povo, dizemos não ser a defesa nos Países vizinhos é uma admissão Pública que o regime de Luanda não lhes inspira confiança. A natureza do imperialismo não muda e a sua tendência é a expansão e a defesa dos seus flancos. O nosso País Angolano é hoje teatro da conquista e da consideração do imperialismo russo em África.

A única garantia de coexistência pacífica no subcontinente é a luta resoluta contra o regime de Luanda que trouxe para esta área cubana e os expansionistas russos. Para a UNITA a época da neutralidade acabou. Só é nosso amigo aquele que, de uma maneira ou de outra, apoia concretamente a luta de libertação do nosso Povo. Os neutros são amigos dos nossos inimigos. Muitos países do Mundo reconheceram o regime minoritário.

A análise da natureza do imperialismo soviético indica-nos que brevemente irão, de um lado, as contradições entre os imperialistas russos e os seus cães de fila cubanos na disputa da exploração das riquezas do nosso País, do outro lado, entre os russos-cubanos e a camarilha Netista que tenta apresentar-se ao Povo Angolano como independente e mestre das suas decisões. Os nossos relatórios recebidos de Luanda dizem claramente haver já contradições entre os cubanos e as FAPLA, contradições estas nascidas principalmente do facto dos cubanos não quererem fazer a luta fora das zonas onde não haja água nem energia eléctrica.

O Povo Angolano sabe, e o Mundo não deve esquecer, que não foi o MPLA e muito menos as FAPLA que temporariamente ganharam as batalhas das cidades contra a UNITA. Foram só e unicamente as forças regulares de Cuba, apoiadas por tanques, aviões, helicópteros e dinheiro dos russos. O governo do Neto não é um governo da vontade do Povo Angolano. É sim um governo da vontade de Cuba e do poderio militar russo.

A Conferência, tendo feito uma análise detalhada da situação interna e da situação internacional, conclui que todos os ataques dos reaccionários internos e dos lacaios do social-imperialismo fora de Angola não só podem ser derrotados mas têm de ser derrotados.

A clique de Luanda conta com o dinheiro russo, com os tanques russos, com o exército cubano, com os aviões russos, mas toda esta superioridade é temporária. Mas a repugnância do Povo Angolano, na sua maioria esmagadora, contra a presença de um exército estrangeiro de ocupação e o carácter popular e revolucionário da nossa luta pela verdadeira libertação e Independência Nacional, são factores que vão desempenhar um papel constante.

Para atingirmos os nossos objectivos dentro de um período de tempo calculável, apelamos para o nosso Partido, para as nossas Forças Armadas de Libertação de Angola, para todos os Quadros, para todos os responsáveis dos órgãos do Partido e das Organizações de Massas, em todo o País, para todos os membros responsáveis do Partido no exterior, para todos os compatriotas no interior, sobretudo aos camaradas do MPLA – Revolta Activa, para todas as Forças Patriotas no interior e no exterior do País, que se recusam a aceitar a vergonha de sermos a primeira colónia russa no continente Africano, só por causa da ambição de um homem chamado Neto.

- a) Manter uma vigilância de primeira hora contra os falsos angolanos que se infiltram no nosso seio, mas trabalhando para o social-imperialismo russo.
- b) Manter uma vigilância cerrada contra os falsos mediadores, que na realidade estão ao serviço dos novos Czares. A unidade e a reconciliação do Povo Angolano devem respeitar os princípios de Liberdade autêntica, Democracia, Africanidade e Não-Alinhamento.
- c) Cooperar connosco e com a Forças Armadas, em toda a parte onde elas aparecerem na sua tarefa de limpar o País de tropas estrangeiras e de traidores que venderam a Pátria aos russos e aos cubanos. Aqueles que possuem armas, mesmo as mais rudimentares, devem formar grupos de guerrilha para resistência ao inimigo, até a chegada das unidades regulares das FALA.
- d) Sabotar todas as vias de comunicação férrea, rodoviária, telefónicas, etc., para paralisar a vida económica da administração reaccionária de Luanda.
- e) Criar distúrbios no trabalho, sabotar as máquinas, boicotar as aulas, paralisar os serviços camarários para que o inimigo se sinta verdadeiramente num formigueiro.
- f) Negar toda e qualquer cooperação com as forças estrangeiras de dominação, prestar-lhes informações falsas e negar-lhes comida e guarida.
- g) Ajudar sempre as Forças Patrióticas das FALA com informações sobre a posição e o movimento do inimigo, a comida e nunca revelar a presença de guerrilhas ou combatentes deixados nas aldeias por doença ou por uma qualquer outra incapacidade.
- h) Em todo o País aumentar a produção de milho, da batata, da mandioca, de massango, de massambala, nas zonas situadas fora das principais vias de comunicação, com o fim de termos comida suficiente para o Povo e para as nossas Forças Armadas de Libertação Nacional. Encorajar a organização de cooperativas de produção e consumo para se utilizar racionalmente os produtos do nosso trabalho.
- i) Organizar as sentinelas do Povo para protegerem a produção.

- j) Nas Bases de Apoio e em todas as zonas libertadas desenvolver a produção agrícola, a produção animal e praticar a economia de uso dos meios ao nosso dispor.
- k) Treinar eficazmente as Forças Patrióticas de Libertação, dotando-as com melhor equipamento de combate, meios de transporte de armas, contra o inimigo, o social-imperialismo russo-cubano.
- l) Aprofundar a educação patriótica dos soldados para se imbuírem do seu dever histórico de libertadores da Pátria, das massas mais exploradas e de restituírem Angola a sua honra e a sua dignidade.
- m) Preparar toda a Nação para uma resistência popular generalizada.

Aqueles que são nossos amigos estarão connosco agora, na luta contra o social-imperialismo russo.

A história da UNITA e do nosso Povo não aceitará mais lágrimas de crocodilo na hora da vitória.

Como foi em 1974, depois de oito longos anos de sofrimento, de humilhação e de perseguição por parte daqueles que foram os primeiros a nos abraçarem.

Nós estamos convencidos que ganharemos. Os que duvidam das nossas possibilidades, nunca acreditaram nas capacidades criadoras dos homens quando movidos por objectivos nobres, justos e colectivos. E os que ficam para trás, que fiquem já e definitivamente. E os que combaterem, que não façam jogo duplo dos velhos oportunistas, artistas de decepção e de mentira, que fiquem oportunamente do lado do regime minoritário e títere do Neto e nós saberemos fazer o nosso caminho sós, como sempre fizemos. Não somos gentes da África do Sul nem lacaios ou joguetes do social-imperialismo russo como Neto e a sua clique. O imperialismo, venha de onde vier e utilize a capa que utilizar, será sempre imperialismo alienador dos Povos e das Independências Nacionais.

A UNITA tem coragem de combater com as armas o social-imperialismo russo. Surprenderemos a África e o Mundo, como em 1974, quando consideraram a UNITA como força mais pequena em Angola. Quem tem o Povo ao seu lado nunca é pequeno diante do colono imperialista russo.

Com o Povo ganha-se sempre. E contra o Povo perde-se sempre.

Companheiros de Armas. Compatriotas dentro e fora de Angola. Amigos do Mundo inteiro. Nós sabemos que a nossa missão é espinhosa e o nosso caminho é tortuoso. Mas nós sabemos também que os nossos esforços vão decidir o dia em que a nossa querida Pátria irá emergir das trevas da opressão social-imperialista, em que poderemos viver

como seres humanos, felizes com o direito de escolhermos, nós mesmos, o governo e o sistema de governação do nosso país.

As vitórias já alcançadas nos últimos dois meses da nova luta de Resistência Popular mostraram-nos que venceremos e voltaremos a reunir-nos com os nossos amigos, com os nossos parentes e com todos os compatriotas, numa única Família Angolana.

Seremos livres. Seremos unidos. E seremos independentes.

Os ataques contra a tropa invasora russo-cuibana continuarão em todo o País.

Abaixo a clique Netista

Abaixo o social-imperialismo

Viva o governo da União Nacional de Angola

Viva uma Angola verdadeiramente livre e independente

O Poder para a maioria negra em Angola

Vencer ou morrer, unidos venceremos

Pelo Bureau Político do Comité Central da UNITA

Dr. Jonas Malheiro Savimbi - Presidente -

Miguel Nzau Puna - Secretário-Geral-

Eng.º Ernesto Mulato -Secretário Permanente-

António Dembo -Secretário da Comissão de Controle-

Pelas Forças Armadas de Libertação de Angola

Coronel José Samuel Chiwale - Comandante-Chefe-

Tenente-Coronel Waldemar Pires Chindondo - Chefe de Estado-maior General-

Tenente-Coronel Antunes Kahali - Comandante Zona Centro

Feito no Cuanza, aos 10 de Maio de 1976.

## **Anexo 2 – Discurso do Presidente Agostinho Neto sobre os acordos assinados em Bissau, entre a RPA e Portugal, no dia 2 de Junho de 1978<sup>25</sup>**

Compatriotas,

Camaradas:

---

<sup>25</sup> Agostinho Neto. 1978. *Discursos pronunciados pelo camarada Presidente Agostinho Neto*. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho, pp. 7-10

Foi assinado em Bissau, no dia 26, um «Acordo Geral de Cooperação» entre a República Popular de Angola e a República Portuguesa, compreendendo os domínios cultural, científico, técnico e económico.

O Povo Angolano e o Povo Português iniciam, assim, um período novo de relações, após a vitória sobre o regime colonial, conseguida por meio da luta armada e da adopção de um novo sistema de organização social.

A propósito deste acordo, importa considerar que a independência de Angola e a proclamação da República Popular, em 11 de Novembro de 1975, levou o Povo angolano, dirigido pelo MPLA, a optar pelo socialismo científico e a transformar o Movimento em Partido do Trabalho.

Portugal, ao abandonar Angola na véspera da sua independência, deixava o país a braços com as forças invasoras sul-africanas e a agressão zairense.

A maior parte dos portugueses retirou-se do nosso País, abandonando os centros de produção, levando consigo equipamentos e destruindo instalações e máquinas.

O saque das instalações e do equipamento, foi acentuado pelos exércitos invasores, associando à destruição de pontes, estradas, aeródromos. Aviões, viaturas automóveis, tractores, gado, equipamento hospitalar e escolar desapareceram com as tropas da invasão.

No entanto, Angola nasceu, desenvolveu-se e tem um radioso futuro à sua frente – um futuro socialista.

E Portugal reconheceu a República Popular de Angola, em Fevereiro de 1976.

As relações diplomáticas estabelecidas, permitiram a troca de embaixadores, tendo o Embaixador angolano sido acreditado este mês, junto do Presidente da República Portuguesa.

Para que chegasse a este estado de relações foi necessário ultrapassar, através de longa reflexão, algumas manifestações negativas, tais como a intensa campanha na Imprensa portuguesa, contra o MPLA e a República Popular de Angola e os seus Dirigentes, que impediu de certo modo, o desenvolvimento normal de relações entre os dois países. Mas, recentemente, a presença de elementos de agrupamentos fantoches em Portugal, que livremente fazem propaganda e procuram mobilizar a opinião pública portuguesa para obter apoio político e material tornou, aparentemente, mais longínquas as possibilidades da normalização.

Contudo, dados os laços existentes entre os Povos Angolano e Português, resultante de séculos de colonização e após a transformação violenta que levou Angola de país

dominado a país livre e independente, era desejável uma atmosfera saudável para, em pé de igualdade política, estabelecer a cooperação entre Angola e Portugal.

Esta necessidade é compreendida por todos, tanto mais que as circunstâncias materiais de cada um dos países, exige também essa cooperação a fim de fazer face às tarefas do desenvolvimento actual. O passo dado eliminou os motivos de incompreensão. Este passo representa progresso, no interesse dos dois povos e até de interesse da Humanidade.

No que respeita a Angola, compatriotas e camaradas, além do esclarecimento e a resolução de questões de carácter económico e financeiro consideradas difíceis, mas que não são definitivamente insolúveis, a cooperação técnica e científica é de grande importância, assim como o aproveitamento de resultados de estudos científicos elaborados durante vários anos, para a dotação do país de estruturas modernas e viáveis. A instrução e assistência médica, o comércio, as construções e vários serviços, beneficiarão com o acordo e muitos homens e mulheres angolanos e portugueses, encontrarão a forma de vida que desejam e como ela virá a ser realizada nos anos vindouros.

E como princípio, entendeu-se que a cooperação não significa apenas uma dádiva ou um benefício em sentido único. Ela tem um carácter recíproco o que lhe dá o carácter novo nas relações Angola-Portugal.

De grande importância no acordo é, também o regresso urgente dos refugiados que se encontram em Portugal, que por medo ou por razões de carácter político, saíram do país aquando da independência ou pouco antes.

Aqueles que quiserem, poderão regressar.

Não se põe a questão de saber das inclinações políticas no passado ou no presente, ou ainda, do seu comportamento moral ou social.

O regresso à Pátria é um direito natural que não pode ser negado a ninguém. Todos os angolanos, seja qual for a sua condição, têm o direito de regressar ao seu País se o desejarem, submetendo-se às leis que regem o nosso Estado.

E, muito especialmente no caso presente, não se deve nem pode excluir da possibilidade de regresso, nenhum angolano, por virtude do seu passado.

Todos terão direito ao trabalho e será o seu comportamento futuro a determinar a ascensão na escala social.

Quanto aos cidadãos portugueses que abandonaram Angola e que foram classificados como «retornados», esses, não têm o direito de regressar a Angola, só por aqui terem

estado. A condição de «retornado» não é qualidade suficiente para a aquisição do direito de convívio com o Povo Angolano. Em certos casos é, até, um defeito.

Poderão os portugueses «retornados» regressar, dentro do quadro da cooperação, desde que preencham condições a exigir. O nosso Povo, através dos seus organismos partidários ou estatais, pronunciar-se-á sobre os casos que se apresentem.

Compatriotas e camaradas:

As bases em que assentará a cooperação são as do conhecimento geral: são as bases que inserem a existência de Angola como país independente e soberano e a direcção do nosso Estado pelo MPLA – Partido do Trabalho, orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo.

Portugal tem uma orientação política distinta da de Angola, mas isso não impede a cooperação dentro do respeito mútuo.

Por outro lado, a Independência política, social, económica e cultural do Povo Angolano, é irreversível. E a liquidação das estruturas coloniais vai reforçando essa independência e tornando impossível o regresso a quaisquer formas de submissão.

O MPLA nunca mobilizou o Povo Angolano para fazer a guerra ao Povo Português. Mobilizou-o, sim, para liquidar o sistema colonial e iniciar uma nova era de relações.

Assim é agora. Os acordos de Bissau são mais uma vitória dos Povos Angolano e Português. O ambiente encontra-se desanuviado e a era da amizade e da solidariedade vai começar em bases sãs.

Como fizemos em Bissau, saudamos com emoção esta nova vitória, que completa a vitória contra o colonialismo.

A Luta Continua

A Vitória é Certa.

### **Bibliografia Consultada**

1. ALMEIDA, Eugénio da Costa. *Angola: Potência regional em emergência*. Lisboa: Edições Colibri. 2011.
2. BARREIROS, José António. Posfácio. Revelando um, de entre muitos segredos a noite do reconhecimento da RPA. In Bravo, Manuel (coord.). *Angola. Transição para a paz. Reconciliação e desenvolvimento* (pp. 181-182). Lisboa: Hugin. 1996.
3. BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi. Uma chave para África*. Lisboa: Perspectiva & Realidades. 1988.
4. CORREIA, Pedro Pezarat. *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin. 1996.

5. CHIWALE, Samuel. *Cruzei-me com a história*. Lisboa: Sextante. 2008.
6. FERREIRA, José Medeiros. *Estudos de estratégia e Relações Internacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1981.
7. FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi no lado errado da história*. Lisboa: D. Quixote. 2012.
8. JAMBA, Jaka. Entrevista. In Barber, Hélder, & Jaime, Drumond (Orgs.). *Angola: Depoimento para a história recente, 1950-1976* (pp. 182-199). S/l: Edição de autor. 1999.
9. SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola. Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola*. Lisboa: D. Quixote. 2011.
10. SAVIMBI, Jonas. *O que é o espírito de Bissau: Todos os portugueses poderão regressar a Angola?* Aveiro: Tipave. 1978.
11. SCHNEIDMAN, Witney W. 2004. *Confronto em África. Washington e a queda do Império colonial português*. Lisboa: Tribuna da História.
12. SIERRA, Lázaro Cardenas. *Angola e África Austral. Apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Mayamba Editora. 2010.
13. STOCKWELL, John. *A CIA contra Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos. 1980.
14. WRIGHT, George. *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho. 2000.